

O expurgo que o Brasil exige

Ainda mais afrontosa do que o falso ato de contrição do senador José Roberto Arruda, foi a mistura de insensibilidade política e complacência exibida pelo presidente da República e por membros da cúpula tucana depois do supremo espetáculo de hipocrisia que foi a encenação do *mea-culpa* na tribuna do Senado.

O porta-voz da Presidência da República, Georges Lamazière, usou adjetivos como “corajoso” e “digno” para qualificar a fala calculista de Arruda. Declarou ainda que ele “reconheceu erros (sic) e assumiu a responsabilidade por eles”. De seu lado, o ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, disse que o ex-líder do governo no Senado “merece, sem dúvida, a nossa compreensão”. Com idêntico ar caridoso, o presidente do PSDB, Teotônio Vilela Filho, lembrou que Arruda “já trabalhou muito para o Brasil”.

Esses pronunciamentos ofendem a inteligência e a sensibilidade dos brasileiros, cuja indignação com as falcatruas dos políticos é já quase a mesma do tempo das acusações ao presidente Collor – quando o povo foi para as ruas exigir o seu *impeachment*. Pois o que se viu anteontem no Senado em hipótese alguma pode ser aceito como demonstração de genuíno arrependimento que pudesse ser considerado atenuante para o crime. Se disso se tratasse, Arruda teria renunciado em seguida para expiar o que fez.

“Erro” cometaram os eleitores do senador ao

imaginá-lo honesto. Crime é o que ele praticou, em conluio com o senador Antonio Carlos Magalhães e com a participação forçada da ex-diretora do Prodamen Regina Borges, segundo o seu irrefutável testemunho – este sim, um ato de contrição sincero. Refutando as primeiras declarações de Regina à Comissão de Sindicância, Arruda mentiu cincilmente da tribuna do Senado pela primeira vez, no dia 18,

com a mesma veemência, ainda que de tom diferente, empregada na segunda mentira a que se sentiu obrigado, depois do arrasador depoimento de Regina no dia 20, no Conselho de Ética. Por ter mentido, e não por outra coisa, convém lembrar, Luiz Estevão perdeu o mandato. Anteontem, o ex-líder levou à cena uma farsa lacrimosa – inconvincente como a negativa anterior – numa tentativa de escapar da cassação executada de inopino, numa sessão extra, na 2.ª-feira, do Senado, marcada para comemorar o 2.º centenário do nascimento do marquês de Paraná, à qual compareceram 14 senadores, apenas.

Dada a falta de decoro e de formação ética de tantos políticos, não surpreende que Arruda tenha entregue os anéis para salvar os dedos. Não chegam a supreender nem mesmo as torpes insinuações para comprometer Regina contidas no seu hipócrita *mea-culpa*. O



que surpreende e até estarrece é outra coisa: o autismo político do governo e de seus aliados no Congresso.

Parecendo habitar uma redoma de vidro que os impedissem de ouvir a “voz rouca das ruas”, agem, ou deixam de agir, como se a sociedade em peso não estivesse a clamar pela punição dos corruptos e prevaricadores em todas as instâncias da vida pública e por uma faxina moral em re-

gra no universo político nacional. Além disso, o Planalto parece não se dar conta de que a interminável sucessão de escândalos e denúncias mudou o ambiente econômico: diante deste *climax* da crise provocada pela falsa cruzada moralista do senador Antonio Carlos – que coincidiu com o agravamento da crise argentina –, os investidores estrangeiros perderam a confiança no governo e puseram o Brasil de quarentena.

A alienação de Brasília soma-se a indiferença do senador Antonio Carlos Magalhães com os desastrosos efeitos do seu comportamento irresponsável sobre a vida política e econômica do País. Ninguém espera dele qualquer coisa que se pareça com confissão de culpa ou arrependimento. No máximo, admite ter ouvido falar na existência da lista de votação. Ora, mesmo que isso fosse verdadeiro, o que manifestamente não é, como presi-

dente do Senado ele teria de mandar apurar a manipulação do sistema de tomada de votos. Como nada fez, atentou por omissão contra a ética parlamentar em um episódio de extraordinária gravidade – o bastante para justificar a cassação do seu mandato.

O resultado positivo que se espera da crise é o expurgo purificador do Congresso, urgente e cabal. Isso inclui, obviamente, o afastamento de

**A indignação
com os
políticos é já
quase a
mesma da era
Collor**

Jader Barbalho da presidência do Senado. Casar-lhe o mandato por seus “erros” passados, porém, é difícil. Nem mesmo as atuais acusações contra a sua

mulher, no caso da Sudam, seriam suficientes. Mas a plena punição dos senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda, a quem o PFL e o PSDB não podem acobertar, para não escarnecer do eleitorado, desencadeará um movimento insopitável pela renúncia de Barbalho, com o apoio do “PMDB ético”. O Brasil anseia por esse expurgo.

P.S. – Este editorial já estava escrito quando o senador José Roberto Arruda, diante da decisão da bancada do PSDB na Câmara dos Deputados, de propor sua expulsão, se desligou do PSDB.